

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**LEOPOLDINA APARECIDA DA COSTA SACCONI FERREIRA**

**HISTORIOGRAFIA DO INÍCIO DA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR  
NO BRASIL, E UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2009 a 2018**

**VARGINHA/MG  
2020**

LEOPOLDINA APARECIDA DA COSTA SACCONI FERREIRA

**HISTORIOGRAFIA DO INÍCIO DA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR  
NO BRASIL, E UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2009 a 2018**

Monografia apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, como parte dos requisitos para a obtenção de título de Especialista em Modelagem em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Nilton César da Silva  
Coorientador: Prof. Dr. André Rodrigues Monticeli

VARGINHA/MG  
2020

## FICHA CATOLOGRÁFICA

**LEOPOLDINA APARECIDA DA COSTA SACCONI FERREIRA**

**HISTORIOGRAFIA DO INÍCIO DA EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR  
NO BRASIL, E UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2009 a 2018**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova a Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção de título de Especialista em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em 17 de novembro de 2020.

Prof. Dr. Nilton César da Silva  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
Gerais – Campus VIII/ Varginha

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. André Rodrigues Monticeli  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
Gerais – Campus VIII/ Varginha

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Lázaro Eduardo da Silva  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
Gerais – Campus VIII/ Varginha

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo César Mappa  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
Gerais – Campus VIII/ Varginha

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Dedicatória

Dedico primeiramente a Deus por ter chegado até aqui, pois sem a graça D'Ele diuturnamente não seria possível a conclusão do Curso.

Dedico ao meu filho Johann que compreendeu minha ausência durante este tempo. Aos meus pais, Marilza e José (*in memoriam*) que me incentivaram nessa jornada e me aguardavam aos finais de semana após cada encontro das aulas em Varginha-MG e aos meus irmãos (Carlos, Laura e Éder) que sempre torceram por minhas vitórias e amigos (as) que sempre foram apoiadores nas minhas caminhadas.

Dedico ao meu esposo Maurício que me ajudou muito... que seguiu essa trajetória ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

A Unifal-MG e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Campus Avançado de Varginha-MG que em parceria com o CEFET-MG criaram o curso e me concederam a oportunidade de especializar, e assim permitir minha realização pessoal.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Adam Ramos pelas palavras de incentivo, orientações e por não me deixar desistir nos momentos de conflitos.

Ao Prof. Dr. Nilton César da Silva, meu orientador que mesmo nas minhas limitações devido a minha área de formação acreditou em mim aceitando o desafio de me orientar, dedicou sua atenção para me guiar nas decisões para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. André Rodrigues Monticeli, meu coorientador que com sua experiência e sábias orientações agregou valores e me direcionou com informações, para a realização deste trabalho. Sempre muito atencioso, prestativo e gentil.

Ao meu filho Johann, aos meus pais e irmãos que torceram pela minha vitória e me deram todo apoio. Ao meu esposo Maurício Pereira Ferreira, que foi meu companheiro nessa caminhada, e em momentos de conflitos me motivou a continuar.

Aos meus colegas e docentes do curso que cooperaram e me ajudaram inúmeras vezes, na realização das atividades. Aos colegas que fiz, e aos que se tornaram amigos e aliados nessa caminhada.

A todos, os mais sinceros agradecimentos e minha eterna gratidão, vocês são especiais!!!

*O homem sábio é poderoso, e quem tem conhecimento aumenta a sua força; quem sai à guerra precisa de orientação, e com muitos conselheiros se obtém a vitória.*

(Bíblia Sagrada – Provérbios 24:5-6)

## RESUMO

Neste trabalho, será apresentado um estudo histórico sobre o início das instituições de Ensino superior no Brasil, a partir das primeiras escolas, chegando as atuais instituições. Também será abordado como era o acesso às instituições e como isto foi sendo ampliado no decorrer dos anos, favorecendo uma maior participação dos estudantes e, conseqüentemente, oferecendo oportunidades de Ensino à classe menos favorecida. Por último, analisou-se também neste trabalho, um estudo sobre o desempenho dos estudantes nos indicadores de desempenho existentes e fez-se um comparativo entre os gêneros.

**Palavras-chave:** ENEM, IBGE, INEP, Observatório de Educação.

## **ABSTRACT**

In this work, a historical study on the beginning of higher education institutions in Brazil will be presented, starting from the first schools, reaching the current institutions. It will also be discussed what access to institutions was like and how this has been expanded over the years, favoring greater student participation and, consequently, offering teaching opportunities to the less favored class. Finally, in this work, a study on the performance of students in the existing performance indicators was also analyzed and a comparison was made between genders.

**Keywords:** ENEM, IBGE, INEP, Education Observatory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Números de inscritos no ENEM nas edições de 1998 até 2019.....	21
Figura 2 -	População brasileira no período de 1872 até 2010. Os dados estão disponíveis no portal do IBGE.....	24
Figura 3 -	População brasileira estimada enviada ao TCU pelo IBGE entre os anos de 2001 a 2019. Os dados estão disponíveis no portal do IBGE.....	26
Figura 4 -	Total de inscritos e ausentes no ENEM entre 2009 a 2018.....	30
Figura 5 -	Inscritos masculinos e femininos no ENEM entre 2009 a 2018.....	31
Figura 6 -	Distribuição das pessoas de 25 anos de idade ou mais, por grupos de anos de estudo, no Brasil nos anos de 2007 e 2015.....	32
Figura 7 -	Distribuição das pessoas de 25 anos de idade ou mais, por gênero, segundo os grupos de anos de estudo, no Brasil nos anos de 2007 e 2015..	33
Figura 8 -	Evolução do percentual de jovens de 19 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio por gênero, em MG entre os anos de 2012 a 2018.....	33
Figura 9 -	Histórico da taxa de abandono na rede pública de Ensino Médio, MG e Brasil.....	34
Figura 10 -	Médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática da 3ª série do Ensino Médio (MG) ao longo das edições do SAEB, no período de 2009 a 2017.....	35

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Alguns cursos que foram criados no período colonial.....	14
Tabela 2 -	Cursos superiores fundados entre 1808 e 1889.....	15
Tabela 3 -	Dados do portal do INEP referentes as edições do ENEM (Brasil) de 2009 a 2018. No ano de 2009, 972 inscritos não informaram o gênero.....	29
Tabela 4 -	Valores mínimos, máximos e médias obtidos dos dados referente ao gênero dos inscritos.....	30
Tabela 5 -	Valores mínimo, máximo e médias obtidos dos dados referente aos ausentes.....	31
Tabela 6 -	Média de proficiência das edições do ENEM no período de 2009 a 2018, separado por área de conhecimento e por gênero.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembléia Legislativa de Minas Gerais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNI	Banco Nacional de Itens
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESCEA	Centro de Seleção de Candidatos às Escolas de Administração
CESCEM	Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DOU	Diário Oficial da União
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento Estudantil
FUVEST	Fundação Universitária para o Vestibular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2.	<b>OBJETIVO</b> .....	13
3.	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	14
3.1	HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL	14
3.1.1	<b>Primeira Instituição de Ensino Superior em Minas Gerais (1839)</b> .....	16
3.1.2	<b>A História das Instituições Federais de Educação Profissional começa em 1909</b> .....	17
3.1.3	<b>CONIF e as Instituições de Ensino da Rede Federal em Minas Gerais</b> .....	18
3.1.4	<b>Universidades Públicas e Privadas em Minas Gerais</b> .....	18
3.2	HISTÓRICO DO ENEM .....	18
3.2.1	<b>Critério para a Elaboração das Provas</b> .....	19
3.2.2	<b>ENEM e suas Edições</b> .....	20
3.3	IBGE .....	21
3.3.1	<b>Estrutura do IBGE e suas principais funções</b> .....	22
3.3.2	<b>IBGE e as estatísticas sociais</b> .....	23
3.3.3	<b>Estatística Social: População, Censo Demográfico, Microdados</b> .....	24
3.3.4	<b>Conceitos e Métodos: Estimativas Populacionais e Metadados</b> .....	25
3.4	Observatório de educação ensino médio e gestão .....	26
3.5	SAEB .....	27
4	<b>METODOLOGIA</b> .....	28
5	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	29
5.1	INEP .....	29
5.2	IBGE .....	31
5.2.1	<b>Média de anos de Estudo da População Brasileira</b> .....	31
5.2.2	<b>Grau de instrução Masculino e Feminino</b> .....	32
5.3	Observatório da Educação .....	33
5.4	SAEB .....	34
6	<b>CONCLUSÕES</b> .....	37
	<b>REREFÊNCIAS</b> .....	39

## INTRODUÇÃO

O tema educação faz parte da vida de toda uma nação e pode ser considerado um alicerce na vida das pessoas. Isso leva o ser humano a buscar seus objetivos e assim realizar-se intelectualmente e profissionalmente.

A narrativa do tema proposto conduz ao levantamento histórico de dados e informações que foram abordados a partir de pesquisas em sites oficiais e literaturas. A finalidade foi reunir tópicos e assuntos relacionados aos estudantes, a educação e as políticas públicas destinadas as oportunidades de ingresso em instituições de nível superior.

Iniciamos um estudo com abordagens de historiadores a partir de informações desde quando as instituições começaram a ser constituídas, para a organização econômica e política das civilizações. E como foram sendo utilizados no uso do conhecimento da população e território, sendo desde sua origem uma ciência de Estado.

A contagem populacional já era realizada Antes de Cristo (AC), e a partir do século XVI as primeiras medidas de riqueza, estavam voltadas para fins tributários e aos esforços militares [1]. Posteriormente, registros alfândegários, censos populacionais, registros civis de nascimento, casamento e morte se tornaram instrumentos importantes para o gerenciamento do Estado sobre seu território, população e tributação [2].

Em tempos atuais, esses registros têm sido cada vez mais detalhados, com mais riquezas de informações e com isso permitem a criação, melhorias e implementação de políticas públicas, ou seja, ações governamentais que em seus significados mais variados podem atender as necessidades da população ou de um grupo específico dela.

Nesse trabalho constam vários dados obtidos juntos às informações divulgadas pelos órgãos: IBGE, INEP, ENEM, SAEB e Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão.

Esse trabalho está organizado da seguinte forma: na seção 2 se encontram os objetivos. Na seção 3 realizou-se uma revisão bibliográfica dos tópicos utilizados nesse trabalho. As referências aqui apresentadas, em sua maioria são: as leis, decretos, documentos internos do IBGE, INEP, ENEM, SAEB e Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão. Na seção 4 aborda-se os métodos e as técnicas utilizadas para o estudo. Na seção 5 discorre-se sobre as percepções acerca dos dados divulgados nas plataformas dos órgãos, objeto dessa pesquisa. Por fim, na seção 6 encontram-se as conclusões e considerações finais.

## **OBJETIVO**

O trabalho tem por objetivo realizar o levantamento histórico, em revisões literárias disponíveis em sites contendo informações relacionadas aos órgãos que realizam a contagem estatística e populacional por meio dos questionários socioeconômicos, bem como contextualizar o início das instituições de ensino superior no Brasil partindo do período colonial até os dias atuais e, também apresentar como tem sido o ingresso à estas instituições de ensino.

Através da compilação de dados obtidas nos sites do INEP, IBGE, SAEB e Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão no período de 2009 a 2018, pretende-se apresentar informações referente ao desempenho dos estudantes nas edições do ENEM a nível nacional, o desempenho dos estudantes no SAEB, jovens que concluíram e tiveram evasão escolar a nível Minas Gerais, e também estabelecer um comparativo entre os gêneros masculino e feminino no quesito notas médias e grau de instrução.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 1.1 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL

Para melhor compreensão da origem dos dados é necessário voltar um pouquinho na história, e resgatarmos o início das Instituições de Ensino Superior (IES). Com a migração da Família Real Portuguesa para o Brasil Colônia, entre as medidas imediatas para seu desenvolvimento, D. João VI cria a Faculdade de Medicina da Bahia em 1808. As primeiras IES fundadas pelos portugueses estavam diretamente ligadas às atividades militares, resultantes da ocupação portuguesa e sua defesa. O curso de Cirurgia foi criado na Bahia em 1808, sendo instalada no Hospital Militar. O Museu Real no Rio de Janeiro, conhecido hoje de Museu Nacional, foi criado em 1818 [3]. A seguir alguns cursos que foram criados no período do Brasil Colônia:

Tabela 1 - Alguns cursos que foram criados no período colonial

Estado/Cidade	Curso	Ano
Bahia	Medicina	1808
	Economia	1808
	Agricultura	1812
	Química	1817
	Desenho Industrial	1818
Pernambuco	Matemática	1809
Vila Rica	Desenho	1817
	História	1817
Minas Gerais	Retórica	1821
	Filosofia	1821
Rio de Janeiro	Ciências, Artes e Ofícios	1816

Fonte: Adaptado da Referência [3].

Na Tabela 1 destaca-se os primeiros cursos criados a partir do ano de 1.808, e os estados onde esses eram ofertados, isso ocorreu no período colonial, pois logo em 1.822 o Brasil se torna independente encerrando assim esse período.

Após a independência do Brasil, D. Pedro I, por decreto em 1827, cria os cursos de Direito de São Paulo e Olinda [4-6], sendo esse último transferido para Recife em 1854 [5]. A primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal foi a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1920, por meio do Decreto n. 14.343 de 07 de setembro de 1920, pelo Presidente Epiácio Pessoa [7, 8].

Com o objetivo de contextualizar as diversas formas de ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, é importante pontuar que o *exame de admissão*, foi criado no

Brasil em 1911, na época era a República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro Rivadávia da Cunha Corrêa (1866 – 1920), com a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República (Decreto n. 8.659 de 5 de abril de 1911) [9, 10]. O intuito era retirar do Estado a interferência no setor educacional, estabelecendo desta forma o ensino livre. Rivadávia julgava que o Estado com suas entravas oficiais, impediam o desenvolvimento do Brasil [10]. Antes desse decreto, apenas ingressavam nos cursos superiores estudantes vindos de colégios tradicionais, como Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro, onde os estudantes dessa escola, por exemplo, tinham o direito garantido de ingressar no curso superior devido ao seu diploma [10, 11].

Até o ano da Proclamação da República (1889), no Brasil haviam 19 cursos de educação superior, conforme apresentado na Tabela abaixo:

Tabela 2 - Cursos superiores fundados entre 1808 e 1889

Nome da IES	Nome do Curso	Data do Início do Funcionamento	Município	UF
Universidade Federal da Bahia	Medicina	08/03/1808	Salvador	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Medicina	05/11/1808	Rio de Janeiro	RJ
	Engenharia Civil	01/01/1811		
	Escultura	12/08/1816		
	Gravura			
	Pintura			
Arquitetura e Urbanismo	23/11/1820			
Universidade Federal de Pernambuco	Direito	15/05/1827	Recife	PE
Universidade Federal da Bahia	Farmácia	08/03/1832	Salvador	BA
Universidade Federal de Ouro Preto	Farmácia	13/05/1839	Ouro Preto	MG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Música	21/01/1847	Rio de Janeiro	RJ
	Odontologia	04/05/1856		
Universidade Federal de Ouro Preto	Engenharia de Minas	13/11/1875	Ouro Preto	MG
Universidade Federal da Bahia	Agronomia	03/03/1877	Cruz das Almas	BA
	Artes Plásticas	06/03/1877	Salvador	
	Teatro	07/03/1877	Salvador	
	Odontologia	09/03/1877	Salvador	
Universidade Federal de Pelotas	Agronomia	14/03/1888	Capão do Leão	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Engenharia Metalúrgica	01/03/1889	Porto Alegre	

Fonte: Adaptado da Referência [3].

A Tabela 2, refere-se aos cursos superiores criados no século XIX, período que abrange de 1.808 a 1.889 onde foram criadas 08 (oito) faculdades e 03(três) escolas. Porém, na tabela acima essas instituições já estão denominadas como Universidades Federais conforme nomenclaturas atribuídas nos dias atuais.

O *exame de admissão* não era como o vestibular que se conhece hoje, pois conforme consta no Art. 65, § 1 do Decreto n. 8.659, o exame continha uma prova escrita e uma oral. Para quem fosse ingressar no Colégio Pedro II, conforme consta no Art. 73, inciso b, tais exames eram: prova escrita: ditado, análise, lexicologia (vocabulário) e sintática; e oral: rudimentos da língua francesa, de corografia (Geografia), e de História do Brasil [9]. O termo vestibular foi criado pelo Decreto 11.530 de 18 de março de 1915, pelo Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes [12].

Os primeiros exames unificados, que consistiam na realização de uma única prova que era válida para a entrada em várias faculdades, começaram a surgir na década de 1960. O Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas (CESCEM), criada em 1963, que posteriormente em 1964 foi integrado à Fundação Carlos Chagas (FCC) [13], realizava as provas de faculdades de medicina do estado de São Paulo. Já o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas de Administração (CESCEA), criado em 1967, organizava os vestibulares das faculdades de Ciências Humanas na mesma região [14]. A disputada e temida Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular), criada em 1976 pela Universidade de São Paulo (USP) [15], que é o maior vestibular do Brasil, na época unificava os vestibulares da USP, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tal junção durou até 1983 para a UNESP, enquanto para a Unicamp durou até 1985. A FUVEST até os dias atuais continua sendo o maior vestibular do Brasil [16]. Atualmente essa forma de ingresso foi alterada para a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), isso em grande parte das IES, não extinguindo em algumas delas a avaliação por meio de provas de vestibular da própria instituição.

A Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST) a partir do ano 2000 incorporou a nota do ENEM no resultado final das provas do vestibular, fazendo com que ocorresse um aumento na procura por candidatos oriundos de escolas públicas por vagas em instituições abrangidas por tal sistema [17]. Em 2009 foi um marco para algumas universidades federais, pois estas por terem autonomia na decisão na forma de ingresso em seus cursos passaram a utilizar expressamente como seleção unificada as notas do ENEM [18].

### **1.1.1 Primeira Instituição de Ensino Superior em Minas Gerais (1839)**

A primeira Instituição de Ensino Superior criada em Minas Gerais foi a Escola de Farmácia de Ouro Preto instituída em 1839. Mas antes desse período, o Conselho de

Província Mineira criou em 28 de janeiro de 1829 a Academia Médico-Cirúrgica de Ouro Preto com três lentes<sup>1</sup> proprietários e um substituto. Também foi aprovado o projeto de criação de um curso de ciências sociais em três anos, em 10 de janeiro de 1832, porém, as duas propostas não tiveram êxito. Somente em 04 de abril de 1839 é que foi votada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a Escola de Farmácia de Ouro Preto, e sancionada pelo Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga, Presidente da Província. Esta lei permitia a criação de duas escolas, uma em Ouro Preto e a outra em São João d'El Rei, portanto somente a que se localizava em Ouro Preto se concretizou tornando o primeiro estabelecimento de ensino superior oficial da província mineira. Foi a mais antiga escola de farmácia do Brasil e da América do Sul, como unidade individualizada, desvinculada do curso de medicina [19].

### **1.1.2 A História das Instituições Federais de Educação Profissional começa em 1909**

Em 1909 no governo do presidente da república Nilo Peçanha são criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. Essas escolas compõem a Rede Federal de Educação Profissional, no decorrer dos anos deram origem aos atuais Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET's).

Inicialmente o objetivo dessa política era atender as classes desprovidas, porém hoje se destaca como importante estrutura que possibilita que todas as pessoas possam ter acesso as conquistas científicas e tecnológicas. Para atender a demanda de um novo cenário econômico e produtivo que se iniciaram na década de 1980, as instituições de educação profissional têm buscado diversificar programas e cursos que atendam a demanda de produção e prestação de serviços elevando assim os níveis de qualidade da oferta.

Com a Lei nº 11.892/2008 [20], sancionada em 29 de dezembro de 2008, 31 CEFET's, 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 07 escolas técnicas federais e 08 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. [21].

Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) [22], a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), e o Colégio

---

<sup>1</sup> Lei Imperial de 11/08/1827, art. 2º, define que “Para a regência destas cadeiras o Governo nomeará nove lentes proprietários, e cinco substitutos.” Ou seja, lentes, são professores no próprio curso, regido por estatuto e nomeados pelo governo.

Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, têm-se ao todo 643 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país [23].

### 1.1.3 CONIF e as Instituições de Ensino da Rede Federal em Minas Gerais

Segundo o CONIF em Minas Gerais há 01 (um) Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) cuja sede está em Belo Horizonte-MG, e vinculadas a este há 11 (onze) *campi*.

No estado de Minas Gerais há 05 Institutos Federais e 61 (sessenta e um) *campi* [24]:

- Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), 19 (dezenove) *campi*;
- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), 12 (doze) *campi*;
- Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), 11 (onze) *campi*;
- Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), 09 (nove) *campi*;
- Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), 10 (dez) *campi*.

### 1.1.4 Universidades Públicas e Privadas em Minas Gerais

O estado de Minas Gerais por sua vez contempla universidades federais e estaduais, e instituições vinculadas a SEPLAG ambas são mantidas com recursos oriundos do governo estadual e do governo federal. O estado também possui as instituições privadas, sendo universidades, centros universitários, faculdades e institutos.

Ao todo são 11 (onze) Universidades Federais, 02 (duas) Universidades Estaduais, e 09 (nove) Instituições Estaduais, e são aproximadamente 230 Instituições Privadas que estão instaladas no estado de Minas Gerais [25].

## 1.2 HISTÓRICO DO ENEM

O ENEM não é tão recente como algumas pessoas pensam. Ele foi instituído pela Portaria Ministerial 438/1998, durante a gestão do Ministro da Educação Paulo Renato Souza e sancionado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso [26]. Como parâmetro, o ENEM foi inspirado nos modelos de educação norte-americano, o *Scholastic Aptitude Test* (SAT), que consiste em uma das etapas para o ingresso dos estudantes no ensino superior [27, 28] e o francês *Baccalaureate* [28].

O ENEM visa avaliar os estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas, podendo servir de base para qualificar o desempenho pessoal [29], e são utilizados pelo governo para definição de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação no Brasil [30].

O planejamento e a operacionalidade do ENEM são de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), segundo o Art. 4 da Portaria 438, de 28 de maio de 1998 [26]. O INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) [31]. O exame é realizado anualmente pelo INEP [32] e MEC, e a cada edição do ENEM tem um edital com o detalhamento das regras, procedimentos e prazos para o exame.

O edital segue as diretrizes da Portaria do Ministério da Educação n. 468, de 3 de abril de 2017 [33]. O outro documento é a Cartilha do Participante-Redação no ENEM, publicada dois meses antes da aplicação. A Cartilha tem orientações e dicas, detalha os critérios de correção e dá exemplo de redações nota mil [34]. O ENEM para adultos submetidos a penas privativas de liberdade e adolescentes sob medidas socioeducativas que incluam privação de liberdade (ENEM PPL) tem um edital próprio [35].

### **1.2.1 Critério para a Elaboração das Provas**

Para elaboração de uma única questão das provas, tem-se toda uma sistemática que envolve dez (10) etapas, conforme descrito na Operação ENEM de 2017 [36], sendo: a publicação do edital (seleção de colaboradores); equipes que capacitam os colaboradores; as questões são elaboradas nos parâmetros do INEP; análise e avaliação do revisor técnico-pedagógico; especialistas convidados cancelam ou não modificações; especialistas do INEP validam ou não as questões que irão compor o Banco Nacional de Itens (BNI); o pré-teste é realizado em uma amostra populacional para avaliação dos parâmetros das questões; com base nas respostas são feitas análises psicométricas e pedagógicas para utilização, descarte ou melhorias das questões para integrar o BNI; são considerados como relevância dos itens conteúdo abordado, temática e habilidade.

No INEP há um ambiente físico integrado seguro, sendo esse um espaço de segurança máxima com várias salas. Neste local são analisadas todas as questões usadas nos exames e avaliações do INEP. Para acesso a esta área que é restrita, é necessário autorizações e completo procedimento de segurança. Até mesmo poucos colaboradores e servidores do INEP

tem acesso, pois há a necessidade de passar por um scanner corporal, várias portas duplas e identificação biométrica [37].

### 1.2.2 ENEM e suas Edições

Desde sua criação em 1998, o ENEM teve 22 edições até o ano de 2019, ou seja, o ENEM foi aplicado uma vez a cada ano. O ENEM é uma avaliação implementada pelo Ministério da Educação para se verificar a eficiência e a equidade no sistema educacional.

O ENEM teve sua primeira edição do Exame em 1998 e segundo os dados obtidos, se inscreveram na primeira edição 157.221 participantes. No ano de 1999, houve um aumento no número de inscritos, que atingiu a marca de 346.953 participantes. Já no ano seguinte em 2000, com o aumento de IES que passaram a utilizar o exame como parte do processo seletivo, o número de participantes foi de 390.180. No período entre 1998 a 2003, esse número aumentou anualmente. Porém, em 2004 houve uma queda de 17,5% no número de inscritos em relação ao ano anterior [38].

Em 2004, foi criado pelo governo federal, sancionada pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Universidade para Todos (ProUni), e sancionado pela Lei nº 11.096/2005. A finalidade desse programa é conceder bolsas de estudos parciais e integrais a estudantes de cursos de graduação, cursos sequenciais ou de formação específica em instituições privadas de ensino superior [39].

Com a implantação desse programa as edições do ENEM de 2005 e 2006 tiveram um superávit, pois tornou-se um atrativo a concessão das bolsas de estudos em instituições particulares.

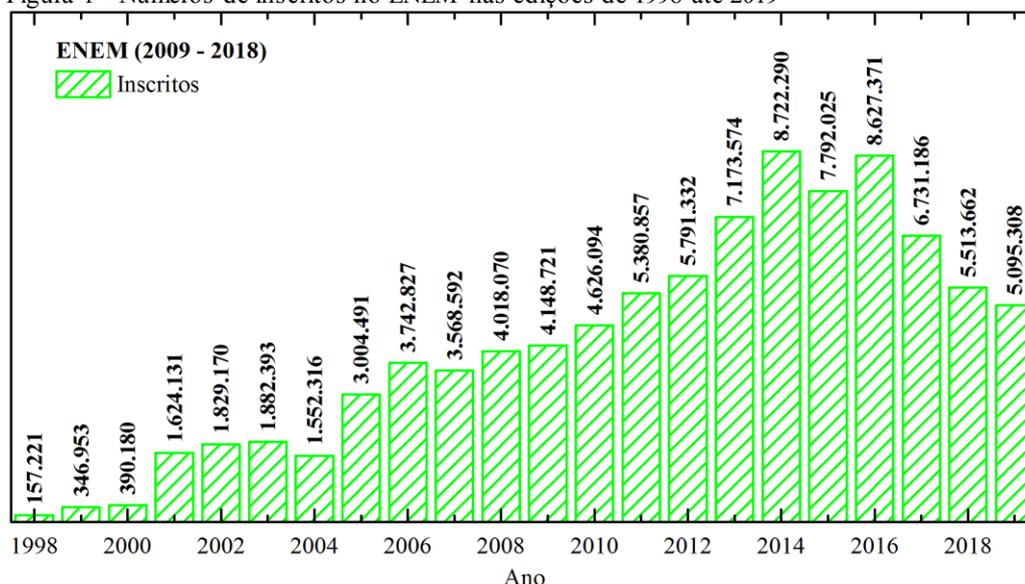
Para o ano de 2007 a expectativa era que o INEP atingisse a marca de 4 milhões de inscritos, porém, isto não aconteceu e novamente houve uma queda de 4,6% em relação ao ano anterior [40]. Em entrevista ao Portal G1 em 24/07/2007, Reynaldo Fernandes, na época presidente do INEP, disse que:

“... a tendência é de estabilização no número de inscritos e até de uma pequena queda. A justificativa é a de que nos últimos anos houve um grande aumento de participantes que já haviam concluído o ensino médio e pretendiam voltar a estudar. Segundo ele, essa demanda reprimida vem sendo atendida gradativamente e daqui a alguns anos haverá menos egressos fazendo o exame.” [41].

Entre o período de 2008 a 2014 e incluindo o ano de 2016, o número de inscritos só aumentaram. A edição do ENEM de 2015 teve uma queda de mais de 930 mil inscritos em

relação a 2014, já em 2017 essa queda foi de 1.896.185 de inscritos. Em 2018 a queda foi de 1.217.524 [38] e para o ano de 2019 a queda foi de 418.354 [42]. Na Figura 1 apresentamos o número de inscritos desde a primeira edição do ENEM até o ano de 2019.

Figura 1 - Números de inscritos no ENEM nas edições de 1998 até 2019



Fonte: Autor.

Os resultados individuais do ENEM podem ser utilizados para acesso à educação superior, ou em processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho, essa utilização é facultativa. Os resultados podem ser usados das seguintes formas:

- Acesso à Educação Superior;
- Sistema de Seleção Unificada (Sisu);
- Programa Universidade para Todos (ProUni);
- Instituições Portuguesas;
- Financiamento Estudantil - Fundo de Financiamento Estudantil (Fies);
- Desenvolvimento Pessoal - Autoavaliação e inserção no mercado;
- Melhorias na Educação - Estudos e indicadores para aperfeiçoamento do ensino.

### 1.3 IBGE

A sigla IBGE significa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que tem como missão "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania." [43]. Criada pelo decreto n. 4.676, em 14 de janeiro de 1871 no

governo imperial, assinada pelo Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, a Diretoria Geral de Estatísticas (DGE) era o único órgão que exercia com exclusividade as atividades estatísticas do país [44].

Contudo, a primeira lei brasileira, ainda durante o império, que determina a realização do recenseamento em todo território nacional de população, a cada 10 anos, foi a Lei n. 1829, de 9 de setembro de 1870. Na mesma lei, há a determinação que o governo deveria organizar os sistemas de nascimentos, casamentos e óbitos, criando na capital do império uma Diretoria Geral de Estatística [45, 46].

Com a instituição da República, sobreveio a necessidade de ampliação das atividades, pois houve a implantação do registro civil de óbitos, casamentos e nascimentos.

Até o período de 1934, o órgão responsável pelos dados estatísticos do Brasil passou por várias nomenclaturas. Após este período foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, passando assim suas atribuições aos ministérios competentes [43].

A necessidade de se ter um órgão capacitado com o objetivo de articular e coordenar as pesquisas estatísticas agregando os serviços especializados em execução, propiciou em 1934 a criação do Instituto Nacional de Estatística (INE) [43], através do Decreto n. 24.609, de 06 de julho de 1934, no período do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, assinada por Getúlio Vargas [47], que inicia suas atividades efetivamente em 29 de maio de 1936 [43].

Com a instituição do Conselho Brasileiro de Geografia em 1937, e vinculado ao INE (Decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937 [48]), o órgão então passou a ter a nomenclatura de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atualmente IBGE. A partir de então, o IBGE trabalha na missão de identificar e analisar o território nacional, fazendo a contagem populacional, pontuando a evolução da economia por meio do trabalho e da produção das pessoas, mostrando assim como elas vivem [43].

### **1.3.1 Estrutura do IBGE e suas principais funções**

O IBGE é um órgão da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, possui dois órgãos centrais e quatro diretorias. Com uma rede nacional de pesquisa e disseminação, a fim de que suas atividades possam atingir todo território nacional, o IBGE é composto por [43]:

- 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 01 no Distrito Federal);
- 27 Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações (26 nas capitais e 1 no Distrito Federal);
- 570 Agências de coleta de dados nos principais municípios.

Objetivando atender as necessidades dos mais variados segmentos da sociedade civil, das esferas governamentais estadual, municipal e federal, o IBGE constituiu-se como a principal fonte de dados e informações do país. Por meio de suas principais funções, o IBGE oferece uma visão completa e atualizada do país, sendo essas funções [43]:

- Produção e análise de informações estatísticas;
- Coordenação e consolidação das informações estatísticas;
- Produção e análise de informações geográficas;
- Coordenação e consolidação das informações geográficas;
- Estruturação e implantação de um sistema das informações ambientais;
- Documentação e disseminação de informações;
- Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

### **1.3.2 IBGE e as estatísticas sociais**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é considerada uma fonte de informações de extrema importância, pois ela trata dos estudos e análises da área demográfica do país. Implantada gradualmente no Brasil a partir de 1967, essa pesquisa tem muitos propósitos, como diligenciar as mais variadas características socioeconômicas e demográficas. As características gerais referentes a população, trabalho, renda e habitação são permanentes nas pesquisas. Há também outras informações com períodos variados, como por exemplo migração, fecundidade, número de casamentos realizados em determinado período, saúde entre outras informações que podem ser incluídas de acordo com a necessidade de dados a serem estudados [45, 49].

Por meio da Lei 13.861, de 18 de julho de 2019, o IBGE deverá incluir no Censo de 2020 perguntas sobre o autismo [50].

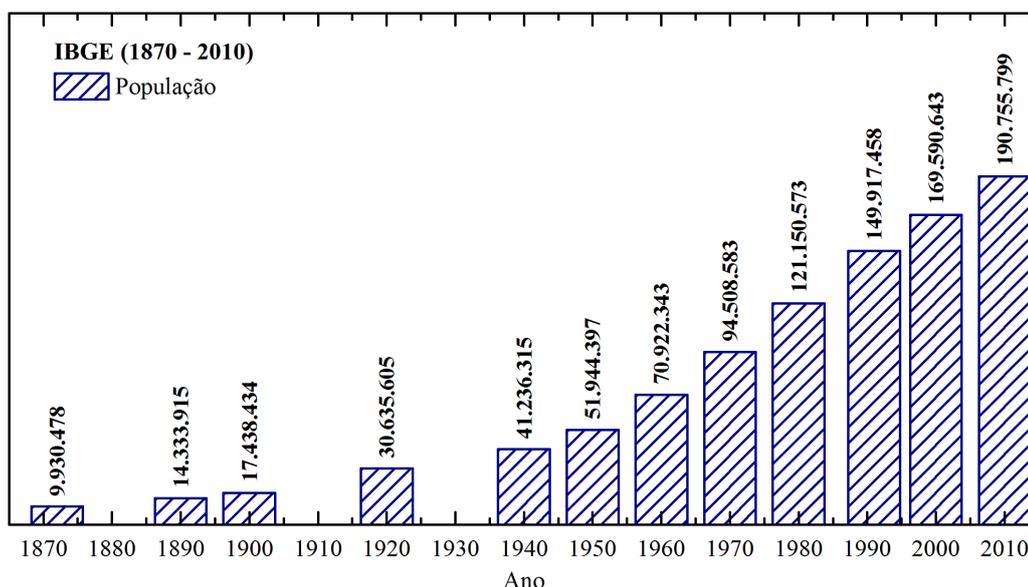
### 1.3.3 Estatística Social: População, Censo Demográfico, Microdados

As características gerais da população compreendem dados em sua extensão (idade, gênero, cor, raça, distribuição populacional, densidade e urbanização).

Em 1808, foi realizado o primeiro recenseamento populacional no Brasil [45, 51, 52], contabilizando um total de 4 milhões de habitantes no país [45, 52], o que leva a suspeitar que os resultados deixaram a desejar a sua veracidade seja por razão dos seus objetivos ou até mesmo a prevenção do povo [51]. Pois, leva-se a crer que o principal objetivo era atender aos interesses militares para recrutamento das Forças Armadas [51, 52].

O recenseamento que ocorreu em 1872 foi denominado Censo Geral do Império, sendo considerado o primeiro realizado no país pela Diretoria Geral de Estatística, tornando-se um marco histórico essa operação devido a sua complexidade e controle. O censo demográfico é realizado a cada dez anos e suas edições se deram nos anos: 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 conforme descrito na biblioteca do site do IBGE [51]. Segundo Oliveira [45], por problemas políticos, não foram realizados os censos nos anos de 1880, 1910 e 1930.

Figura 2 - População brasileira no período de 1872 até 2010. Os dados estão disponíveis no portal do IBGE



Fonte: Adaptado da Referência [51].

A fragmentação dos dados da pesquisa é convertida em microdados, e o conteúdo dos questionários é convertido em formato de código numérico, há o sigilo estatístico de maneira a preservar a não individualização das informações. A leitura dos microdados está em formato

próprio ASCII, permitindo que apenas usuários especializados, conhecedores de sistemas de informação (programação) em software estatísticos possam fazer a extração e processamento das informações mediante perspectiva pessoal de interesse. Os arquivos de microdados são complementados com documentos auxiliares que fornecem informações mais detalhadas, e que também pode se necessário, ser acrescida de elementos que permitam fazer o cálculo dos erros amostrais [51]. Neste caso, os microdados estão indisponíveis para acesso à população.

Em cumprimento ao artigo 102 da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União) [53], e para os fins previstos no inciso VI do artigo 1º dessa lei, o IBGE publica anualmente no Diário Oficial da União (DOU) as estimativas populacionais.

“Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei:  
VI - efetuar, observada a legislação pertinente, o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos;” [53].

Em 2013 foi publicada a Lei complementar n. 143 que altera a redação do artigo 102 da Lei n. 8.443/92 [54]. Art. 102 da Lei nº 8.443/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102. Entidade competente do Poder Executivo federal fará publicar no Diário Oficial da União, para os fins previstos no inciso VI do art. 1º desta Lei, a relação das populações:  
I - até 31 de dezembro de cada ano, no caso dos Estados e do Distrito Federal;  
II - até 31 de agosto de cada ano, no caso dos Municípios” [54].

#### **1.3.4 Conceitos e Métodos: Estimativas Populacionais e Metadados**

Tendo em vista, os períodos intercensitários, ou seja, entre um censo e outro, é de suma importância haver projeções e estimativas populacionais. Essas estimativas servem de base dos indicadores sociodemográficos, pois contém informações para que os órgãos como Ministérios, Secretarias dos Estados e Municípios voltados para a área social tenham como finalidade a implantação de políticas públicas e programas. Para que o Tribunal de Contas da União (TCU) possa realizar a distribuição das quotas, partes relativas ao Fundo de Participação de Estados e Municípios são necessário cumprir com a constituição, e essas estimativas são utilizadas como referencial [55]. Na Figura 3 apresentamos as estimativas populacionais no período de 2001 a 2019, enviadas ao TCU, divulgadas no portal do IBGE [56].

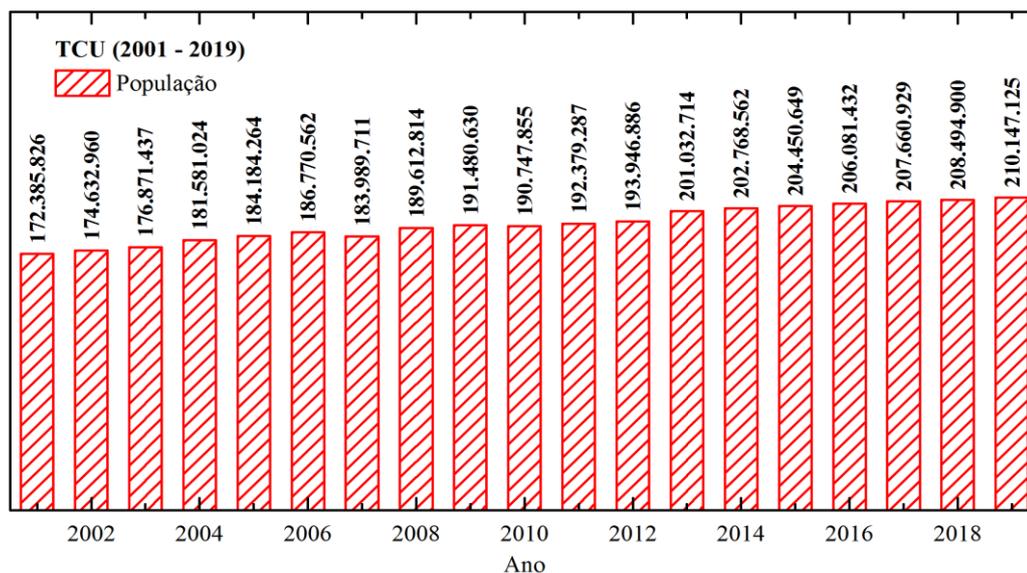


Figura 3 - População brasileira estimada enviada ao TCU pelo IBGE entre os anos de 2001 a 2019. Os dados estão disponíveis no portal do IBGE

Fonte: Autor.

Podemos definir o sistema de metadados do IBGE como uma ferramenta que utiliza de forma simplificada as informações sobre os dados. No âmbito do IBGE, os metadados são úteis para identificar, localizar, compreender, gerenciar e usar os arquivos de dados e outros produtos das áreas de Estatística e de Geociências. À medida que esses arquivos, que são produzidos por diferentes departamentos, se multiplicam, e tornam-se disponíveis através da intranet e da internet, é essencial descrevê-los de forma padronizada e centralizada, permitindo que o conhecimento sobre eles seja compartilhado de forma organizada e segura entre os pesquisadores das áreas técnicas e, posteriormente pelo público em geral [57].

O sistema foi projetado pela Coordenação de Banco de Dados e Metodologia da Diretoria de Informática do IBGE, e sua primeira versão foi implementada a partir dos anos 80. Nessa época, a principal preocupação era documentar os arquivos de microdados estatísticos resultantes das pesquisas, que eram incorporados ao acervo institucional de dados, sob responsabilidade daquela coordenação [57].

A despeito dos limitados recursos de um órgão governamental como o IBGE, a motivação principal de um projeto como o do Sistema de Metadados tem sido sempre o de ser útil, documentando o trabalho do instituto e seus produtos; enfim, transformando dados em informação [57].

#### 1.4 OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ENSINO MÉDIO E GESTÃO

Denominado como um centro de referências e análises com foco em Ensino Médio e Gestão, o Observatório de Educação se caracteriza pelo intenso fluxo de informações na

plataforma por meio de curadoria que organiza e disponibiliza dados estatísticos, teses, artigos e análises de maneira dinâmica, para provocar discussões e reflexões sobre o assunto [58].

As informações analisadas pelo Observatório de Educação são extraídas de sites do INEP, SAEB, IBGE e outros órgãos relacionados a eles.

## 1.5 SAEB

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) permite que o INEP faça um diagnóstico da educação básica brasileira por meio de avaliações externas em larga escala, e com isso detecta fatores que possam interferir no desempenho dos estudantes. Testes e questionários são aplicados a cada biênio na rede pública e numa amostra da rede privada, esse procedimento permite ao SAEB refletir sobre os níveis de aprendizado apresentados pelos estudantes avaliados, e assim explicarem por meio de informações contextuais os resultados. Por meio do SAEB, escolas das redes municipais e estaduais de ensino podem avaliar a qualidade da educação que oferecem aos estudantes e através do resultado oferecer informações que permitam elaborar, monitorar e aprimorar políticas educacionais [59].

## 2 METODOLOGIA

Nesse trabalho utilizou-se metodologia de cunho teórico e histórico de maneira conceitual e literária. As informações utilizadas nessa pesquisa são oriundas de bancos de dados, literaturas vinculadas ao tema, legislações vigentes à época e suas sucessões e microdados que foram utilizados para as análises realizadas, e em sua maior parte está respaldada em documentos técnicos e de divulgação obtida nos portais de acesso a informação.

Com os métodos quantitativos, parearam-se as informações estatísticas dos dados que estão disponíveis (livre acesso) no Portal do INEP referentes ao ENEM, no Portal do IBGE referente a dados populacionais, e no Portal do Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão referente aos dados: Jovens que concluíram o Ensino Médio; Desempenho no SAEB; Padrão de desempenho no SAEB; Evasão escolar.

Foram utilizados os dados abertos em sinopses estatísticas do ENEM no período de 2009 a 2018. Esses dados em números foram projetados em planilhas que permitiram a construção de gráficos com o objetivo de comparar as informações e apresentar uma visão de fácil interpretação.

No portal do IBGE, foram feitas pesquisas qualitativas das informações disponíveis em multidomínio que possibilitaram estabelecer um comparativo de gêneros, masculino e feminino, quanto é a média de estudos da população brasileira e quem possui maior grau de instrução.

Como forma de analisar as informações do estado de Minas Gerais, buscou-se filtrar os dados no site Observatório de Educação que realiza um filtro com informações obtidas no portal do SAEB.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentados os resultados obtidos dos dados via sítios eletrônicos do INEP, IBGE e Observatório da educação.

#### 3.1 INEP

Com base nos dados disponíveis, sem restrições, no Portal do INEP [60], é necessário obter parâmetros a fim de promover a compreensão da evolução das inscrições.

Na Tabela 3 apresentamos os dados obtidos no portal do INEP referentes as informações dos candidatos nas edições do ENEM de 2009 a 2018. Contudo, no ano de 2009, 972 inscritos não informaram o gênero. Somando 1.665.475 inscritos do gênero masculino com 2.482.273 inscritos do gênero feminino nos dá um total de 4.147.720 inscritos, apresentando assim uma diferença de 972 inscritos, que corresponde ao número de inscritos que deixaram de informar o gênero. Isso aconteceu apenas na edição do ENEM de 2009.

Tabela 3 - Dados do portal do INEP referentes as edições do ENEM (Brasil) de 2009 a 2018. No ano de 2009, 972 inscritos não informaram o gênero

Ano	Inscritos	Masculino	Feminino	Ausentes
2009	4.148.720	1.665.475	2.482.273	1.722.246
2010	4.626.094	1.875.153	2.750.941	1.383.318
2011	5.380.856	2.191.902	3.188.954	1.517.203
2012	5.791.065	2.374.655	3.416.410	1.711.179
2013	7.173.563	2.988.209	4.185.354	2.165.629
2014	8.722.248	3.652.734	5.069.514	2.774.339
2015	7.746.427	3.285.979	4.460.448	2.141.522
2016	8.627.367	3.644.728	4.982.639	2.808.921
2017	6.731.341	2.784.585	3.946.756	2.304.586
2018	5.513.747	2.256.044	3.257.703	1.620.004

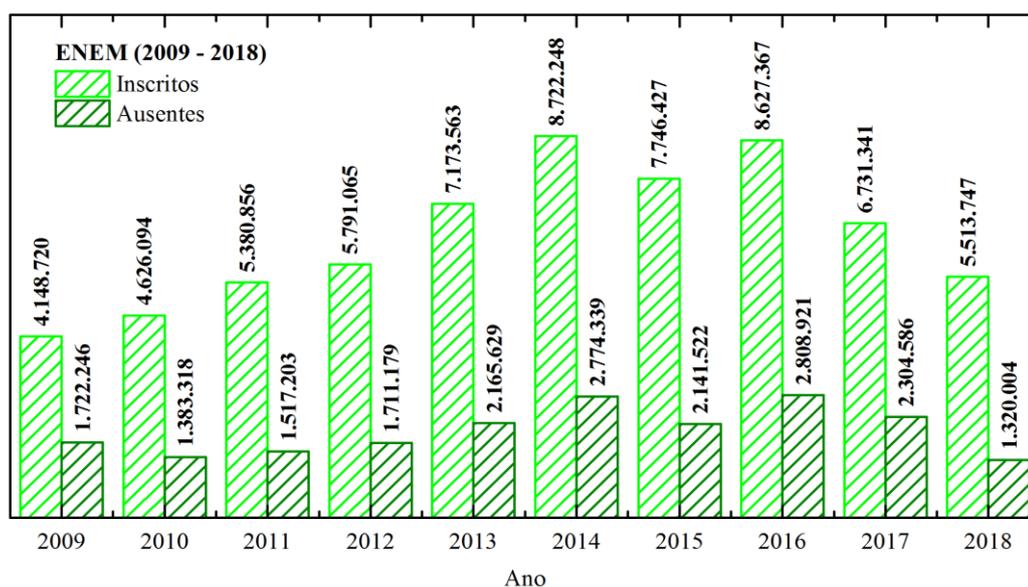
Fonte: Adaptado da Referência [38].

Com base nos dados da Tabela 3, plotamos um gráfico, que é apresentado na Figura 4, referente ao número total de inscritos (masculino + feminino) e ausentes, para uma melhor visualização. É possível notar uma linearidade no número de ausentes, enquanto o número total de inscritos aumenta até o ano de 2014, e de 2015 em diante passa a diminuir o número total de inscritos.

Na Figura 4, o maior percentual de ausentes nos exames do ENEM foi no ano de 2009, que do total de inscritos (4.148.720) equivale a 41,51% daqueles que não compareceram para realização das provas. Nos anos seguintes houve oscilação dessa porcentagem ficando assim: 2010 (4.626.094 – inscritos) com 29,9% de ausentes; 2011 (5.380.856 – inscritos) com 28,2%

de ausentes; 2012 (5.791.065– inscritos) com 28,2% de ausentes; 2013 (7.173.563– inscritos) com 30,19% de ausentes; 2014 (8.722.248– inscritos) com 31,81% de ausentes; 2015 (7.746.427– inscritos) com 27,65% de ausentes; 2016 (8.627.367– inscritos) com 32,56% de ausentes; 2017 (6.731.341– inscritos) com 34,24% de ausentes; 2018 (5.513.747– inscritos) com 29,38% de ausentes. Analisando o período de 10 (dez) anos, em percentual o ano de 2009 teve o maior número de ausentes e 2015 teve o menor número de ausentes,

Figura 4 - Total de inscritos e ausentes no ENEM entre 2009 a 2018



Fonte: Autor.

Conforme apresentado na Tabela 4 a quantidade de inscritos separados por gênero acompanham a quantidade de inscritos no total, embora no caso da edição do ENEM de 2009 alguns inscritos não informaram o gênero no questionário socioeconômico. A proposta da Tabela 4 é apresentar um comparativo transcrito em porcentagens referente ao mínimo e ao máximo de inscritos por gênero no período de 2009 a 2018. A média entre o período aqui analisado permaneceu muito próximo ao número de inscritos por gênero em cada ano, sendo 40,53 % para os inscritos do gênero masculino contra 59,47 % para o gênero feminino.

Tabela 4 - Valores mínimos, máximos e médias obtidos dos dados referente ao gênero dos inscritos

	Masculino (%)	Feminino (%)
Mínimo	40,15	57,58
Máximo	42,42	59,85
Média	40,53	59,47

Fonte: Autor.

Em 2015 o percentual de ausentes foi de 27,65 %, o menor valor durante o período de 10 anos aqui analisado, contra 41,51 % de ausentes em 2009 que foi o maior. Contudo, em

2018 registrou-se o terceiro menor número de ausentes, que corresponde a 29,38 %, desde a edição de 2009, ficando abaixo da média de 31,50 %, conforme Tabela 5.

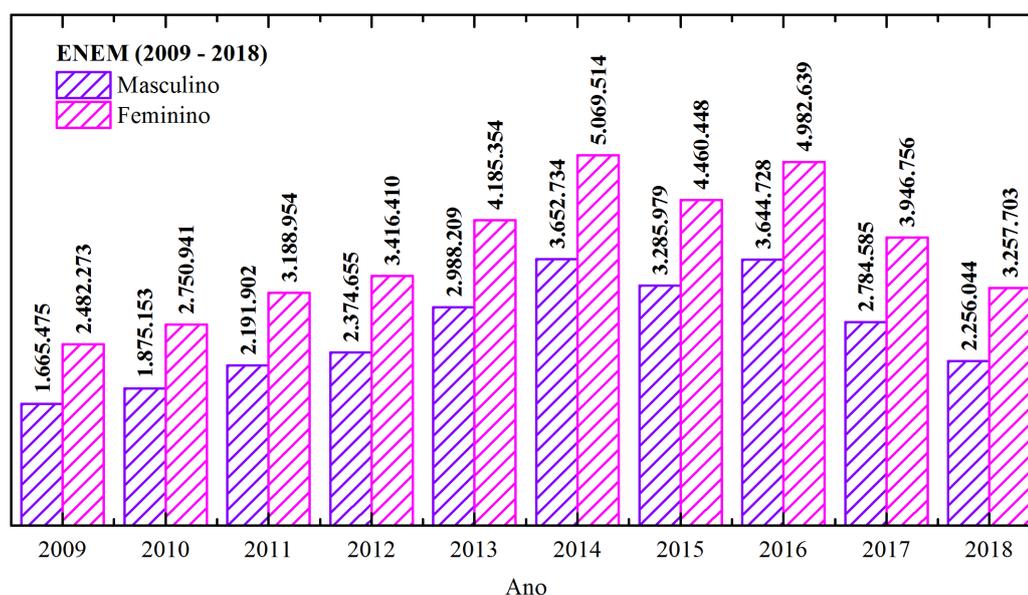
Tabela 5 - Valores mínimo, máximo e médias obtidos dos dados referente aos ausentes

	Ano	Ausentes (%)
Mínimo	2015	27,65
Máximo	2009	41,31
Média		31,50

Fonte: Autor.

Desde a implementação do ENEM em 1998, a melhor edição em relação ao número de inscritos foi o ano de 2014 que atingiu a maior marca durante todos os anos, com aproximadamente 8.7 milhões. E em segundo lugar foi o ano de 2016, com a marca de 8.6 milhões de inscritos (Figura 5).

Figura 5 - Inscritos masculinos e femininos no ENEM entre 2009 a 2018



Fonte: Autor.

## 3.2 IBGE

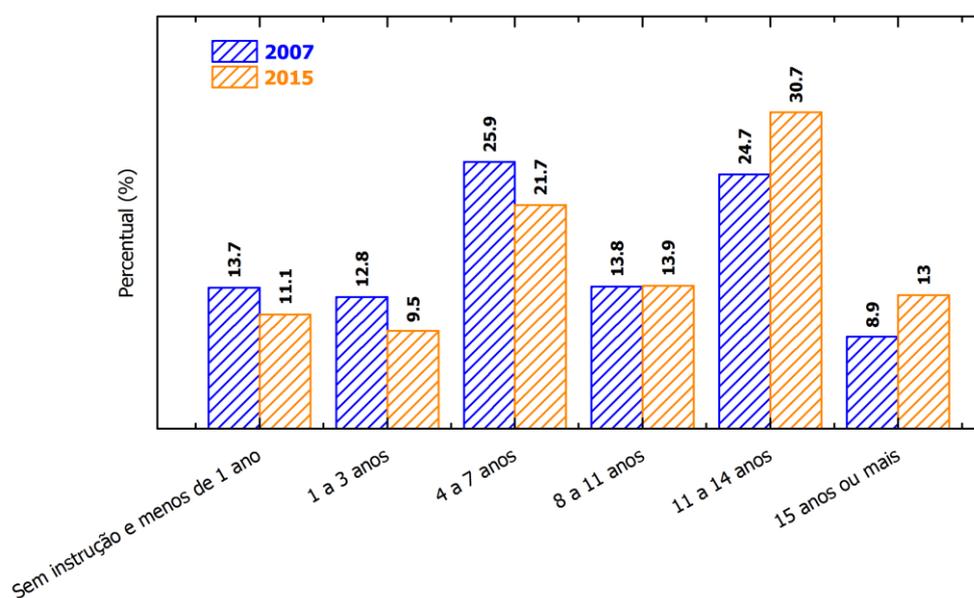
### 3.2.1 Média de anos de Estudo da População Brasileira

O nível de instrução, segundo o IBGE, cresceu entre o período de 2007 a 2014. O grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos de idade ou mais, passou de 33,6% para 42,5%, um aumento de aproximadamente 26,5%. Ainda segundo o IBGE, o nível de instrução da população feminina manteve-se maior que a do masculino,

sendo que em 2014, o estudo apresentou 40,3% para homens e 44,5% para as mulheres, com pelo menos 11 anos de estudo.

Na Figura 6 os dados disponíveis referem-se aos anos de 2007 e 2015 e a idade foco é de 25 anos ou mais. Verifica-se que em 2015 concluintes do ensino médio atingem o pico, ou seja, concluem num período de 11 a 14 anos. Comparando os dois anos que estão disponíveis para consulta (2007 e 2015) o índice de concluintes em nível superior também atinge a marca maior em 2015. Os dados relativos aos intervalos entre esses anos não estão disponíveis para consulta, sendo assim não permitem estabelecer comparativos entre outros períodos.

Figura 6 - Distribuição das pessoas de 25 anos de idade ou mais, por grupos de anos de estudo, no Brasil nos anos de 2007 e 2015



Fonte: Adaptado da Referência [61].

### 3.2.2 Grau de instrução Masculino e Feminino

O tema educação é um assunto muito investigado pelo PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o qual capta a cada ano um conjunto de características relacionadas a escolarização da população, em especial relativo aos estudantes, permitindo o acompanhamento das situações como analfabetismo, escolarização no país, e como se encontra o nível escolar (de educação) da população. Entre o período de 2007 a 2014, o declínio das taxas de analfabetismo e o crescimento da taxa de escolarização num grupo de faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos foi mantida, porém o diferencial maior foi em favor da população feminina [62].

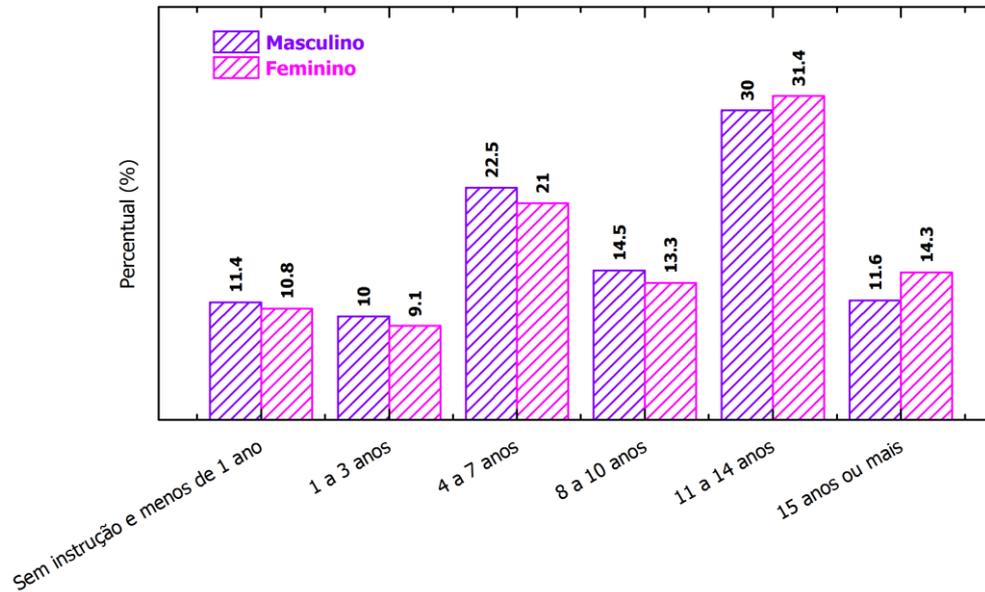


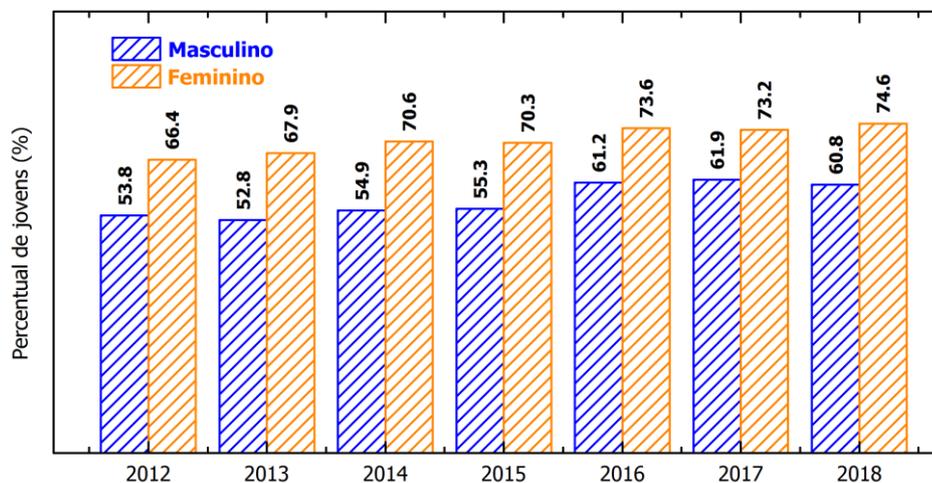
Figura 7 - Distribuição das pessoas de 25 anos de idade ou mais, por gênero, segundo os grupos de anos de estudo, no Brasil nos anos de 2007 e 2015  
Fonte: Adaptado da Referência [63].

### 3.3 OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO

Os gráficos elaborados a partir dos dados obtidos no site do Observatório da Educação referente ao estado de Minas Gerais permite estabelecer comparativos entre gênero masculino e feminino demonstrando a situação escolar de jovens com idades de 19 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio (Figura 8).

Em Minas Gerais o índice em percentual desses jovens é de 60,8% para o gênero masculino que representa 587.624, e de 74,6% para o gênero feminino que representa 679.248 desses jovens.

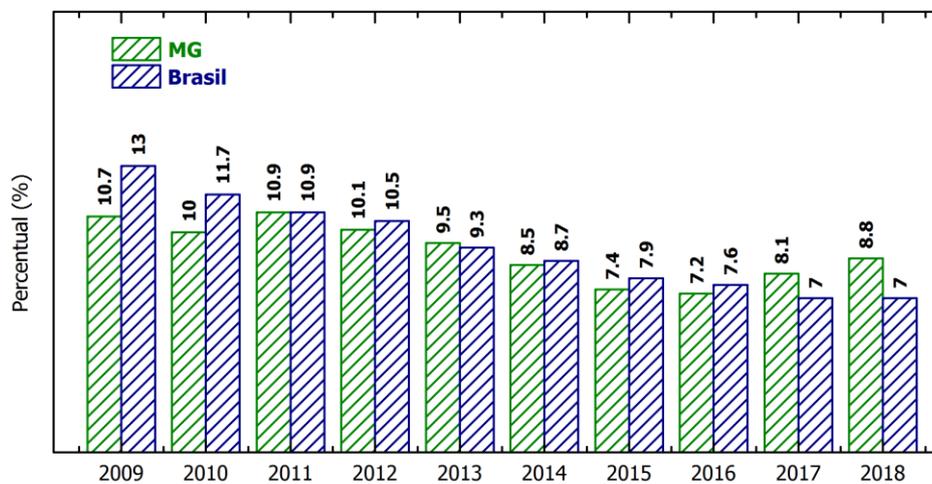
Figura 8 - Evolução do percentual de jovens de 19 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio por gênero, em MG entre os anos de 2012 a 2018



Fonte: Adaptado da Referência [64].

Ao analisarmos a trajetória histórica (Figura 9) referente a taxa de abandono escolar no Brasil e comparar os índices em percentuais do estado de Minas Gerais verifica-se que os índices relativos a essa taxa ao longo dos anos não mantiveram um padrão. Nos anos 2009, 2010, 2012, 2014 a 2016 comparando o percentual da taxa de abandono em Minas Gerais e Brasil, no estado de Minas a taxa foi menor. Porém, em 2011 a taxa de abandono foi idêntica a nível Brasil. Comparando a taxa de abandono nos anos de 2013, 2017 e 2018 em Minas Gerais ultrapassou o índice a nível Brasil, havendo uma piora no histórico.

Figura 9 - Histórico da taxa de abandono na rede pública de Ensino Médio, MG e Brasil



Fonte: Adaptado da Referência [64].

### 3.4 SAEB

O desempenho dos estudantes apurado no SAEB (médias de desempenho, taxa de aprovação, reprovação e abandono) e no Censo Escolar são os dados que compõe o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O SAEB teve o início em 1990, e até chegar ao modelo atual passou por várias estruturas para se adequar as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a partir de 2019 a avaliação passou a contemplar a educação infantil, juntamente com ensinos fundamental e médio [65].

Na Figura 10 foi analisada e apresentada a média de proficiência em língua portuguesa e matemática dos estudantes do ensino médio em Minas Gerais, a série destacada é 3ª série (estudantes concluintes). As informações disponíveis no site do SAEB são contempladas a cada biênio no período de 2009 a 2017. Em língua portuguesa o melhor desempenho dos estudantes foi em 2011, com média de 276,3. O ano de destaque em matemática pelo desempenho foi também em 2011 com média de 289,1.

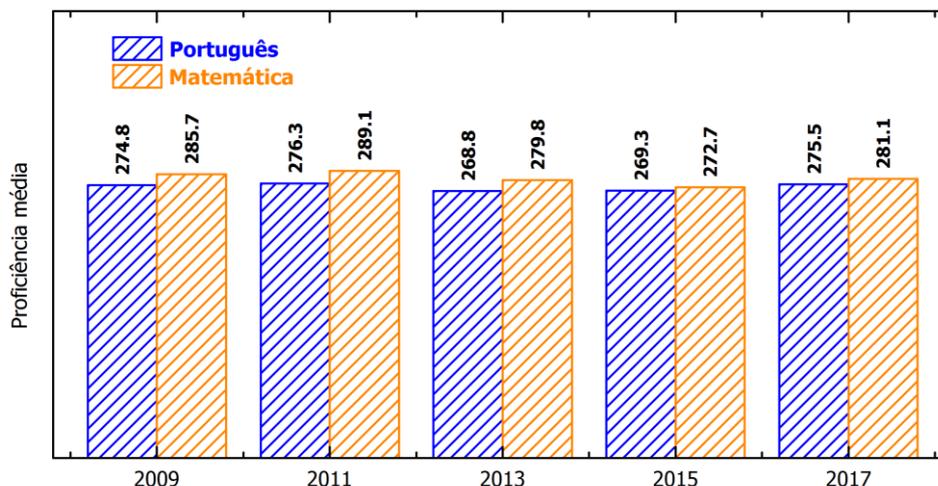


Figura 10 - Médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática da 3ª série do Ensino Médio (MG) ao longo das edições do SAEB, no período de 2009 a 2017

Fonte: Adaptado da Referência [66] e [67].

Referente a Tabela 6, estabelece-se um comparativo referente a média de proficiência entre os gêneros masculino e feminino nas edições do ENEM no período que compreende de 2009 a 2018. Na média 0-99 em todas as áreas de conhecimento o gênero masculino tem melhor índice comparando com o gênero feminino. Comparando a média de 100-199, 200-299, 300-399 e 400-499 o gênero masculino obteve melhor aproveitamento em Redação.

Porém, na média de proficiência 200-299, 300-399, 400-499 o índice de aproveitamento nas demais áreas de conhecimento foi do gênero feminino, exceto em redação. Quando comparado a média de proficiência de 500-599 esse comparativo mescla, ou seja, o gênero masculino tem melhor aproveitamento em Ciências da Natureza, Matemática e Redação, porém o gênero feminino tem melhor índice de desempenho em Ciências Humanas e Linguagem e Códigos.

Na média de proficiência de 600-699, 700-799, 800-899, 900-999 o gênero masculino é o que tem melhor desempenho em todas as áreas, exceto em redação. E na média 1000, o gênero feminino representa um número maior que o masculino.

Ao analisar a média de proficiência dos gêneros masculino e feminino demonstrado na Tabela 6 não há discrepância nos resultados. Porém, ao analisar os intervalos e por área de conhecimento quando comparado de forma geral a diferença é pequena, mas o gênero masculino obtém melhor média de proficiência no período de 2009 a 2018.

		Ciências da Natureza		Ciências Humanas		Linguagem e Códigos		Matemática		Redação	
		<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>	<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>
ENEM 2009 - 2018	0 -99	0,01	0,02	0,03	0,04	0,03	0,05	0,03	0,04	0,01	0,02
	100-199	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,31
	200-299	0,16	0,14	0,08	0,07	0,08	0,14	0,09	0,06	2,13	3,07
	300-399	11,28	7,94	5,67	4,58	5,61	6,65	15,95	9,76	9,54	11,43
	400-499	46,67	37,44	27,09	21,76	30,53	29,21	36,02	26,14	18,49	20,79
	500-599	32,83	39,66	44,21	41,65	51,03	49,64	28,69	29,30	27,79	28,04
	600-699	8,29	13,27	21,05	28,63	12,30	13,84	13,96	22,71	21,99	20,22
	700-799	0,74	1,48	1,82	3,20	0,41	0,47	4,51	9,71	11,95	10,00
	800-899	0,02	0,05	0,04	0,07	0,00	0,00	0,73	2,10	5,73	4,52
	900-999	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,17	2,12	1,57
	1.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,04

Tabela 6 - Média de proficiência das edições do ENEM no período de 2009 a 2018, separado por área de conhecimento e por gênero

Fonte: Adaptado da Referência [68].

## 4 CONCLUSÕES

Nesse trabalho foi realizado o levantamento histórico das origens das Universidades e Cursos Superiores no Brasil e verificou-se que ao longo dos anos o acesso à educação foi se tornando cada vez mais acessível para todas as classes sociais, não beneficiando apenas uma determinada classe social. Procuramos trabalhar com contexto historiográfico e conceitual em sua metodologia, onde apresentamos dados estatísticos e quantitativos.

Contudo a necessidade de conhecer a população num todo, permitiu que ano após ano órgãos fossem criados com a finalidade de pontuar questões específicas, e com as tecnologias disponíveis nos dias atuais essas informações estão cada vez mais próximas da realidade.

Para este trabalho utilizamos informações obtidas no portal do INEP, SAEB, IBGE e Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão.

O IBGE permitiu consultar dados e relatar informações acerca da população brasileira, e para este fim, as consultas estão relacionadas a educação e gênero. Com as informações obtidas no site do IBGE podemos concluir que atualmente as mulheres estudam mais, ou seja, tem grau de instrução maior que os homens.

No portal do INEP e ENEM por meio dos questionários socioeconômicos relacionados a inscrição dos participantes, permite-se conhecer o perfil dos candidatos e de suas famílias. Essas informações compõem os microdados abertos e com esse acesso concluímos que em relação ao ENEM este se tornou uma das melhores oportunidades criadas através de políticas públicas relacionadas a educação.

Podemos pontuar que enquanto o regulamento era o mesmo durante alguns anos, a taxa do número de inscritos de estudantes que desejavam ingressar no ensino superior foi aumentando gradativamente a partir do ano de 1998 (ano de criação do ENEM).

Contudo, as mudanças apresentadas no regulamento do Edital nº 06 de 15/05/2015 do INEP referente ao ENEM, a partir de 2015 foram fatores predominantes para uma redução e queda dos candidatos inscritos, bem como tendendo a estabilização de participantes, pois sua finalidade foi aumentando no decorrer dos 21 anos.

O SAEB é um órgão que executa informações e dados a partir de avaliações bianuais aplicadas nas escolas da rede pública e em um percentual das escolas privadas. Com isso, pode se concluir que o trabalho que o SAEB desenvolve é para que o INEP complemente e tenha um melhor diagnóstico no que se refere a educação estudantil.

O Observatório de Educação executa um trabalho minucioso de informações, extraindo dos sites do INEP, ENEM, SAEB informações e temas relacionados à estudantes e

à educação brasileira e agrupando-as referentes ao nosso país, estados e municípios. Essa sistemática permite filtrarmos as informações referente ao estado de Minas Gerais, tema que abrange esse trabalho.

Após analisar as informações desses órgãos num contexto geral podemos concluir que, as oportunidades dos estudantes de ingressar no ensino superior expandiram-se ao longo dos anos, e que também as políticas públicas desenvolvidas permitiram um crescente número de ingressos às Instituições Federais e Privadas de Ensino Superior. No que tange aos ensinos de nível fundamental e médio esses estudantes têm sido assistidos por instituições governamentais, o que permite verificar o andamento do seu aprendizado e as escolas das quais estes estudantes estão vinculados pois, soluções não são imediatas, mas com análises é possível fomentar discussões e estudos que permitam incentivar os estudantes a seguirem suas carreiras.

Fundamentado nas observações e na análise conceitual isso leva-nos a concluir que com a instituição do ENEM oportunizou-se um número maior de estudantes em nível superior. Com acesso ao INEP e SAEB conheceu-se a realidade dos estudantes das escolas públicas e privadas.

Selecionamos o filtro do Observatório no período de 2009 a 2018 e pontuamos que a nível Minas Gerais o gênero masculino obteve melhor desempenho nas avaliações no período abrangido neste trabalho.

Porém, após analisar as informações que compõe as planilhas referente as sinopses estatísticas do INEP, selecionando apenas o grau de instrução dos pais de cada participante inscrito verificou-se que o gênero feminino possuía maior grau de instrução em relação ao gênero masculino no período de 2009 a 2018. Assim sendo, de acordo com as informações apresentadas no formulário socioeconômico do ENEM as mulheres eram mais escolarizadas, que os homens nesse período.

O importante é estimular os jovens a aproveitar as oportunidades melhorando seu desempenho nas escolas, sejam as qualidades intelectuais, psíquicas e criativas pois com o passar do tempo esses jovens serão a esperança de um futuro melhor e mais promissor.

## REREFÊNCIAS

1. FEIJÓ, C. and E. VALENTE, *As estatísticas oficiais e o interesse público*. Bahia Análise & Dados, 2005. **15**(1): p. 43-54.
2. CARDOSO, S.R., *As estatísticas do IBGE no Estado democrático: relevância, imparcialidade e igualdade de acesso*, in *Faculdade de Educação*. 2017, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
3. COELHO, S.S. and M.C.C. VASCONCELOS, *A criação das instituições de ensino superior no Brasil: O desafio tardio na América Latina*. 2009, **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**: Florianópolis.
4. PISCIOTTA, R.M., *Direito Natural e juristas da Academia de Direito de São Paulo (1827-1850)*. 2014, XXII - Encontro Estadual de História ANPUH-SP: Santos.
5. SAVIANI, D., *A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades*. Poiesis Pedagógica, 2010. **8**(2): p. 4-17.
6. BRASIL, *Lei de 11 de agosto de 1827. Dispõe sobre o Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda*. 11 ago. 1827, **Coleção de Leis do Império do Brasil**: Rio de Janeiro.
7. FÁVERO, M.L.A., *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar em Revista, 2006(28): p. 17-36.
8. BRASIL, **Decreto n. 14.343**. 1920: Rio de Janeiro.
9. BRASIL, **Decreto n. 8.659**, in *Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica*. 1911: Rio de Janeiro.
10. CURY, C.R.J., *A desoficialização do ensino no Brasil: A Reforma Rivadávia*. Educação & Sociedade, 2009. **30**(108): p. 717-738.
11. ROCHA, M.B.M., *A lei brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): Paradoxo de um certo liberalismo*. Educação em Revista, 2012. **28**(3): p. 219-239.
12. BRASIL, **Decreto n. 11.530**. 1915: Rio de Janeiro.
13. *Adolpho Ribeiro Netto (19-04-1930 - 25-10-2015)*. Cadernos de Pesquisa, 2015. **45**: p. 1000-1002.
14. CHIQUETTO, M., *Examinando exames: análise dos vestibulares que antecederam o lançamento do livro " Fundamentos da Física*. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, 2012. **29**(1): p. 33-51.
15. FUVEST.BR, *Sobre*. Acesso em: 22 de março de 2020, FUVEST: Disponível em: <<https://www.fuvest.br/sobre/>>.
16. SALLA, H.M., B.S.C. CORTELA, and F. ROSSI. *A evolução do cursinho pré-vestibular Ferradura a partir dos índices de aprovações nos vestibulares*. in *Congresso de extensão universitária da UNESP*. 2015. Universidade Estadual Paulista (UNESP).
17. SILVA, M. and M.J. PADOIN, *Relação entre o desempenho no vestibular e o desempenho durante o curso de graduação*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2008. **16**(58): p. 77-94.
18. RABELO, M.C. and P. BATALHA, *O novo Enem e o sistema de seleção unificada*. ComCiência, 2009(111): p. 0-0.
19. VELLOSO, V.P. *Escola de Farmácia de Ouro Preto*. Dicionário históricobiográfico das ciências da saúde no Brasil (1832-1930) online, Acesso em: 10 out. 2020.
20. BRASIL, *Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Dispões sobre a instituição da rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. 29 dez. 2008, **Diário Oficial da União** Brasília.

21. BRASIL, *Histórico*. Acesso em: 11 out. 2020, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>>: Brasília.
22. CONIF, *Conif* Acesso em: 11 out. 2020, Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/institucional>>: Brasília.
23. BRASIL, *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Acesso em: 11 out. 2020, Disponível em : < <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/#:~:text=V%20%2D%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II,e%20o%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II>>.
24. CONIF, *Sudeste* Acesso em: 11 out. 2020, Disponível em: < <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/instituicoes-do-conif/sudeste>>: Brasília.
25. ALTILLO, *Universidades de Minas Gerais* Acesso em: 11 out. 2020, Disponível em: < <https://www.altillo.com/pt/universidades/brasil/estado/minasgerais.asp> >.
26. BRASIL, *Portaria: 438/1998* 1998, Ministério da Educação (MEC): Brasília.
27. CARNEIRO, V.L., *As avaliações estandarizadas e o papel do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na etapa final da educação básica*. Revista Exitus, 2016. 2(1): p. 217-230.
28. MELO, J.E., “*Seu futuro passa por aqui*”: *O ENEM como política avaliativa e os conhecimentos históricos exigidos*. Aedos, 2012. 4(11).
29. SILVEIRA, F.L., M.C.B. BARBASA, and R. SILVA, *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica*. Revista Brasileira de Ensino de Física, 2015. 37(1): p. 1101.
30. QUINALIA, C.L., et al., *Política pública de educação uma análise do ENEM: exame nacional do ensino médio no Distrito Federal*. Universitas, 2013. 24(1): p. 61-78.
31. PORTAL.INEP.GOV.BR, *Institucional*. Acesso em: 28 de novembro de 2019, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP): Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-o-inep>>.
32. PORTAL.INEP.GOV.BR, *ENEM*. Acesso em: 28 de novembro de 2019, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP): Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem>>.
33. BRASIL, *Portaria: n. 468/2017*. 2017, Ministério da Educação (MEC): Brasília.
34. BRASIL, *A Redação do ENEM 2019: Cartilha do participante*. 2019, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
35. SILVA, W.M. and H.C.A. SÁ, *Uma síntese do contexto do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Enceja PPL) nas unidades prisionais do Distrito Federal*. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, 2018. 5(3): p. 225-233.
36. DOWNLOAD.INEP.GOV.BR, *Operação ENEM*. Acesso em: 25 de março de 2020, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2017/operacao\\_enem.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2017/operacao_enem.pdf)>.
37. PORTAL.INEP.GOV.BR, *Saiba como é o processo de elaboração das provas e questões do ENEM* Acesso em: 30 de novembro de 2019, INEP: Disponível em: <[http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saiba-como-e-o-processo-de-elaboracao-das-provas-e-questoes-do-enem/21206](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saiba-como-e-o-processo-de-elaboracao-das-provas-e-questoes-do-enem/21206)>.
38. PORTAL.INEP.GOV.BR, *Sinopses Estatísticas do ENEM*. Acesso em: 29 de março de 2019, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-enem>>.

39. BRASIL, *Lei n. 11.096*. 2005, Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI: Brasília.
40. PORTAL.MEC.GOV.BR, *Inscrições no ENEM crescem 20 vezes desde 1998*. Acessado em: 20 de julho de 2019, Ministério da Educação (MEC): Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/201-266094987/6881-sp-1649249425>>.
41. G1.GLOBO.COM, *Cai o número de inscritos no ENEM* Acesso em: 24 de julho de 2019, G1: Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL76560-5604,00-CAI+O+NUMERO+DE+INSCRITOS+NO+ENEM.html>>.
42. PORTAL.INEP.GOV.BR, *Mais de 5 milhões de participantes estão confirmados para a edição do ENEM em 2019*. Acesso em: 06 de janeiro de 2020, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mais-de-5-milhoes-de-participantes-estao-confirmados-para-a-edicao-do-exame-em-2019/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mais-de-5-milhoes-de-participantes-estao-confirmados-para-a-edicao-do-exame-em-2019/21206)>.
43. IBGE.GOV.BR, *O IBGE* Acesso em: 22 de março de 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>.
44. BRASIL, *Decreto n. 4.676*. 1871, Secretaria de Estado de Negócios do Império: Rio de Janeiro.
45. OLIVEIRA, L.A.P. and C.C.S. SIMÕES, *O IBGE e as pesquisas populacionais*. Revista Brasileira de Estudos de População, 2005. 22(2): p. 291-302.
46. BRASIL, *Lei n. 1829* 1870, Secretaria de Estado dos Negócios do Império: Rio de Janeiro.
47. BRASIL, *Decreto n. 24.609*. 1934, Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil: Rio de Janeiro.
48. BRASIL, *Decreto n. 1.527*. 1937, Ministério da Agricultura: Rio de Janeiro.
49. IBGE.GOV.BR, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD* Acesso em: 23 de março de 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>.
50. BRASIL, *Lei n. 13.681*. 2019, Ministério da Justiça e Segurança Pública: Brasília.
51. IBGE.GOV.BR, *Censo Demográfico*. Acesso em: 23 de março de 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>>.
52. GONÇALVES, J.M.M., *IBGE: um retrato histórico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1995.
53. BRASIL, *Lei n. 8.443*. 1992, Congresso Nacional: Brasília.
54. BRASIL, *Lei Complementar n. 143*. 2013: Brasília.
55. IBGE.GOV.BR, *Conceitos e Métodos: Metadados* Acesso em: 25 de março de 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Disponível em: <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/XF>>.
56. IBGE.GOV.BR, *Estimativa de população* Acesso em: 24 de março de 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>.
57. PALERMO, L.I., *Sistema de Metadados do IBGE*, in *2º Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. 2006, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Rio de Janeiro.

58. EDUCAÇÃO, O.D., *Sobre* Acesso em: 2 jul. 2020, Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão: Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/sobre>>.
59. BRASIL, *Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)*. Acesso em: 12 out. 2020, Ministério da Educação: Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>>.
60. PORTAL.INEP.GOV.BR, *Microdados* Acesso em: 15 de dezembro de 2019, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>.
61. IBGE, *Brasil em síntese*. Acesso em: 22 set. 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>>.
62. IBGE, *Brasil em síntese: educação*. Acesso em: 22 set. 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>>.
63. IBGE, *Brasil em síntese: educação > anos de estudo*. Acesso em: 22 set. 2020, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/anos-de-estudo.html>>.
64. OBSERVATÓRIO, *Educação em números* Acesso em: 2 jul. 2020, Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão: Disponível em: <[https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/desigualdade-de-genero/3/25/52;2/PNAD-HIST-PJCEM-BR\\_RE\\_UF-ANO\\_SEXO\\_IDADE\\_0](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/desigualdade-de-genero/3/25/52;2/PNAD-HIST-PJCEM-BR_RE_UF-ANO_SEXO_IDADE_0)>.
65. INEP, *Histórico*. Acesso em: 23 set. 2020, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/SAEB/historico>>.
66. INEP, *Relatório SAEB (ANEB e ANRESC) 2005-2015: panorama da época*. 2018, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 154.
67. INEP, *Relatório SAEB 2017*. 2019, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
68. PORTAL.INEP.GOV.BR, *Sinopse Estatística do ENEM: 2009 à 2018*. 2019, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).